

O ANTICOMUNISMO NO “PRÉ-DITADURA EMPRESARIAL MILITAR”: UMA ANÁLISE DAS REPORTAGENS DO JORNAL DO BRASIL ENTRE 1960-1964¹

EL ANTICOMUNISMO EN LA “DICTADURA EMPRESARIAL PREMILITAR”: UN ANÁLISIS DE LOS INFORMES DEL JORNAL DO BRASIL ENTRE 1960-1964

Felipe de Araújo Chersoni²

RESUMO

O estudo se concentra na análise do periódico Jornal do Brasil durante o período de 1960 a 1964, utilizando a ferramenta de pesquisa da Hemeroteca Digital Brasileira. A abordagem dedutiva emprega os dados documentais coletados do portal, com o objetivo de compreender como as narrativas da propaganda anticomunista influenciaram a consolidação do golpe militar em 1964. Examina-se desde o surgimento do discurso até a tomada do poder, integrando-se à história do jornal e analisando o golpe como um processo em construção. Até o momento, conclui-se que o jornal desempenhou um papel na disseminação de uma narrativa golpista, retratando o comunismo como um inimigo a ser combatido.

Palavras-Chave: Anticomunismo; Golpe Militar; Discurso; Perigo Comunista.

RESUMEN

El trabajo se centra en el análisis del periódico Jornal do Brasil entre 1960 y 1964, utilizando la herramienta de búsqueda de la Hemeroteca Digital Brasileña. El enfoque deductivo emplea los datos documentales recopilados del portal, con el objetivo de comprender cómo las narrativas de la propaganda anticomunista contribuyeron a la consolidación del golpe militar en 1964. Se analiza desde el surgimiento del discurso hasta la toma del poder, integrándose a la historia del periódico y examinando el golpe como un proceso en construcción. Hasta el momento, se concluye que el periódico desempeñó un papel en la difusión de una narrativa golpista, presentando al comunismo como un enemigo a combatir.

Palabras Clave: Anticomunismo; Golpe militar; Discurso; Peligro comunista.

¹ Trata-se de um fragmento de uma pesquisa mais extensa, cujos resultados parciais estão sendo discutidos em eventos e publicados em revistas para avaliação. Assim, um fragmento mais amplo deste texto foi publicado sob o título "A Construção de um Inimigo a Ser Combatido e as Justificativas do Golpe Militar: Uma Análise Comunicacional do Jornal do Brasil entre 1960-1964" na revista Mediações - Revista de Ciências Sociais (Araújo Chersoni, 2023). Ressaltamos que, nesta ocasião, assim como em outros textos de nossa autoria (Araújo Chersoni; Das Chagas; Muniz, 2022), utilizamos a análise comunicacional como técnica de pesquisa. Como mencionado, a pesquisa está em andamento, e esses instrumentos metodológicos estão sendo discutidos para uma publicação mais robusta, prevista para o ano de 2024.

² Doutorando em Ciências Criminais pela Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Bolsista integral do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC-Capes). Mestre em Direito na linha de Direitos Humanos pela Universidade (comunitária) do Extremo Sul Catarinense (PPGD-Unesc); onde também foi bolsista do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias (PROSUC-Capes). É pesquisador vinculado ao Grupo Pensamento Jurídico Crítico Latino-Americano, na qual se subdivide no grupo de Criminologia Crítica Latino-Americana - Andradiano (Unesc); membro pesquisador CNPq no núcleo de Estudos em Gênero e Raça - Negra (Unesc); membro do GT de Criminologia e Movimentos Sociais - Instituto de Pesquisa em Direito e Movimentos Sociais (IPDMS). Pesquisa e escreve sobre Violência de Estado. E-mail: Felipe_chersoni@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O Brasil ingressou no século XXI após enfrentar diversos períodos turbulentos ao longo do século anterior. Apesar das esperanças libertárias trazidas pelas lutas abolicionistas no fim do século XIX, o país foi marcado por uma sucessão de movimentos de ruptura contrários à ideia de compartilhamento do poder. A elite agrária, responsável por essas constantes ações golpistas, nutria um descontentamento desde os tempos da abolição formal da escravidão e tornou-se majoritariamente contrária a iniciativas progressistas nas áreas sociais.

Esse grupo se tornou um ator relevante na influência das decisões políticas do país, com sua hegemonia no poder direcionando os rumos que o Brasil tomou ao longo do século XX e até o presente século. Autores como Raymundo Faoro (2012) parecem ter previsto em suas obras alguns desses processos, apesar de terem sido escritas no início da segunda metade do século XX.

O conservadorismo agrário, impregnado de ressentimento e desejo de poder, impediu que o Brasil alcançasse a plenitude da democracia. O controle dos meios de produção por parte desse grupo se estende por todos os poderes da República, atualmente representados pela "bancada ruralista", que, quando necessário, se associa a outros grupos de interesse semelhantes, como a "bancada evangélica".

O Brasil mostra uma repetição histórica, com uma pequena elite agrária dominante desde os tempos coloniais, enquanto uma grande parcela da população é excluída do acesso a serviços básicos como saúde, segurança e educação, vivendo em favelas e marginalizada pela falta de oportunidades. A ignorância é, de certa forma, um projeto nacional, permitindo que os processos de dominação se perpetuem entre uma democracia de aparências e ditaduras quando necessário para manter o status quo.

Diante desse cenário, estudos que trazem contextos históricos e perspectivas alternativas contribuem para a compreensão e transformação da realidade nacional. É nesse contexto que esta pesquisa se insere. Por meio da análise dos principais jornais da década de 60, busca-se demonstrar como os movimentos contrários ao poder popular construíram discursos que justificaram medidas repressivas para manter as estruturas sociais vigentes.

Em um momento em que as *fakes news* e os discursos autoritários ganham espaço na sociedade, estudos como este são cruciais para interpretar o passado e evitar que erros do passado se repitam. Diante disso, o texto objetiva compreender se as narrativas anticomunistas veiculadas nos jornais relevantes da década de 60 contribuíram para a consolidação do golpe militar em 1964. Utilizando métodos analíticos e históricos-comparativos, busca-se responder a seguinte questão: de que forma a estruturação do discurso influenciou os eventos ocorridos a partir de 1964?

Como proposta final, sugere-se a desmilitarização do discurso como alternativa para evitar o retorno à ditadura e superar a cultura de opressão.

1 BREVE HISTÓRIA DO PERIÓDICO JORNAL DO BRASIL: ENTRE TENSÕES POLÍTICAS, DISCURSO DE NEUTRALIDADE E FORMAÇÃO DE OPINIÃO ³

Em diversos estudos, o Jornal do Brasil aparece como fonte de pesquisa ou objeto pesquisado (HOHLFELDT; VALLES, 2008; FERREIRA; DE SOUSA, 2014; SPANNENBERG; BARROS, 2016). Esta linha é bastante tênue nesse trabalho. Em um primeiro momento, a ideia era utilizar o periódico como fonte de pesquisa, compreender como se deram as propagandas anticomunistas e se essas propagandas implicaram em uma adesão popular ao golpe militar.

Como se verá no próximo capítulo, em pesquisa no acervo da “hemeroteca”, o jornal foi o periódico com maior número de respostas quando se buscava pelo termo “perigo comunista”. Isso ao mínimo chama a atenção. Começamos então a fazer pesquisas bibliográficas acerca do periódico, que demonstraram que estávamos diante de um dos maiores jornais da história do Brasil, poderoso meio de formação de opinião em massa (HOHLFELDT; VALLES, 2008).

A história do periódico confunde-se com a própria história recente brasileira, e também do desenvolvimento dos meios de comunicação no País. Cabendo então uma sucinta historicização para situar a pesquisa.

³ A ideia central deste tópico não é esgotar a história do jornal e sim demonstrar como o periódico foi uma importante ferramenta de formação de opinião da época, tendo importante papel na modernização da imprensa nacional. Justificando então o porquê que escolhemos o jornal para efetuar a pesquisa, o que foi corroborado pelo número de vezes que a expressão “perigo comunista” ocorreu.

O jornal foi fundado por Rodolfo de Souza Dantas no ano de 1891, esse que foi jornalista, advogado, figura influente entre a burguesia dominante da época. O periódico nasce com um cunho monarquista e chega ao Brasil para figurar entre os grandes dos meios de comunicação em massa do país (SPANNENBERG; BARROS, 2016, p. 236).

Nelson Werneck Sodré (1966), no clássico *história da imprensa no Brasil*, considerado por pesquisadores da área como consulta obrigatória para quem pesquisa os meios de comunicação em nossos solos, como aponta Ribeiro (2015), detalha as primeiras tiragens que o periódico lançou. O Jornal do Brasil apresentou-se em 9 de abril de 1891 em “oito páginas, formato de 120 por 51 centímetros, impressa a primeira página com corpo 10, com oito colunas de 6 centímetros em cada página; custava 40 réis o exemplar” (1966, p. 294).

A imprensa do Rio era variada e mesmo numerosa, se considerarmos as condições que presidiam sua existência. Max Leclerc situou bem algumas de suas características. É aceitável a divisão que faz entre grandes e pequenos jornais, entre aqueles alinhando apenas o Jornal do Comércio, cuja forma José Carlos Rodrigues vinha alterando, pouco a pouco, sem tocar-lhe o conteúdo, e a Gazeta de Notícias em fase de fastígio, deixando entre os segundos, sem mencionar-lhes os nomes, O País, o Diário de Notícias, que não cabiam perfeitamente na categoria, pois aproximavam-se dos grandes, e A Rua, a Folha Popular, A Tribuna, a Cidade do Rio, o (correio do Rio, O Brasil, o Diário do Brasil, a Gazeta da Tarde, a Gazeta Moderna, o Correio do Povo, o Jornal do Povo, o Diário do Comércio e o Diário Oficial, para não mencionar as revistas, particularmente as ilustradas, órgãos semanais estas, de periodicidade variável as outras, e que exerciam grande influência na opinião. Nessa variada galeria, o Jornal do Brasil chegava para enfileirar-se entre os grandes. Fora montado como empresa, com estrutura sólida, vinha para durar (1966, p. 294).

Diante dessa grande estrutura montada, o jornal logo se transformou em um formador de opiniões. Entregado via carroças, era leitura obrigatória, inclusive em voz alta para aqueles que não eram alfabetizados. “Seus propósitos, segundo a editorial de lançamento, eram claros. Pretendia, naturalmente, fazer opinião, pesar, influir”, embora esclarecesse que “o jornal não é político, nem faz política” (SODRÉ, 1966, p. 294).



Fonte: Hemeroteca Digital brasileira

Em toda sua história observa-se que o jornal manteve uma postura declarada de “neutro”, porém não foi o que algumas pesquisas historiográficas concluíram.

Seu lançamento já se deu em contexto político bastante agitado.

Quando lançado, o *Jornal do Brasil* era monarquista. Sua origem deu-se através de um grupo ligado ao regime monárquico, insatisfeitos com a situação política do Brasil recém-republicano: uma assembleia nacional constituinte não havia sido convocada logo após a proclamação da República em 1889 e, no ano seguinte, a oposição ao novo governo o pressionava pelo restabelecimento da legalidade. Por sua vez, o governo reprimia seus adversários de forma autoritária, restringindo a liberdade de imprensa e minando críticas à sua política econômica. Sousa Dantas escrevera a Joaquim Nabuco, que se encontrava em Londres, convidando-o a integrar o quadro de redatores do novo jornal opositor ao governo, revelando que o mesmo poderia ser constituído pelo capital de quinhentos contos de réis (com possibilidade de elevar-se a mil), levantado por um grupo de amigos. Assim, com a liberalização que seguiu a constituinte de novembro de 1890 e o início do governo constitucional do marechal Deodoro da Fonseca em fevereiro de 1891, o clima de agitação política se tornou menos agudo no país e o *Jornal do Brasil* foi lançado. Sua data de fundação, 9 de abril de 1891, marcava também o 60º aniversário do *Te Deum* celebrado pela ascensão de Dom Pedro II ao trono (BRASIL, 2015)⁴.

Como aponta Bruno Brasil em texto veiculado também na hemeroteca nacional, o próprio lançamento do periódico se deu por uma insatisfação política diante do país recém republicano. Após esse período, nos anos subsequentes, de fato o jornal passou a ter uma postura política, digamos, moderada, tratando de assuntos como mobilidade urbana, cotidiano, dentre outras questões de cunho organizativo, urbanístico e administrativo (BRASIL, 2015).

Em abril de 1893 o *JB* foi adquirido por um grupo ligado a Rui Barbosa, por setenta contos de réis. Na ocasião, o jornal voltou a ser gerido por uma sociedade

⁴ As referências diretas que não conterem a página, é porque o local de onde foi extraído o trecho não possuía paginação, a exemplo, de matérias de publicação exclusivo em meio eletrônico.

comanditária, capitaneada por Joaquim Lúcio de Albuquerque Mello. Rui Barbosa ficou a cargo da direção do periódico, tendo ali liberdade para exercer sua atuação política. Assim, conforme o texto “Traços de um roteiro”, publicado por Barbosa na edição de 20 de maio de 1893, o *JB* passou a defender o regime republicano. Durante a gestão de Rui Barbosa, entretanto, o periódico promoveu ataques violentos à ditadura de Floriano Peixoto e à valorização da Constituição. Sua linguagem, antes amena, passou a ser mais agressiva, provocando certo impacto na opinião pública. Quando assumiu, Rui Barbosa ainda substituiu o “z”, no “Brazil” em português arcaico do título do jornal, pelo “s” (BRASIL, 2015).

Com o advento da tecnologia e a chegada de novas aparelhagens ao Brasil, o jornal coloca-se como vanguarda a nível de investimento em maquinário, materiais de impressão, e com uma tiragem de ao menos 60 mil exemplares, além de constituir sede própria e adquirir as primeiras linotipos, matéria prima que imprimia em colorido, sendo o primeiro jornal de impressão a cores do Rio de Janeiro (SODRÉ, 1966, p. 294-297). “Em 1910, transferiu-se para a nova sede, na Avenida Central, e chegou a ter cinco edições diárias” (SPANNENBERG; BARROS, 2016, p. 237).

Após essa crescente, nos anos 60, período que antecedeu ao golpe militar, conforme Spannenberg e Barros (2016, p. 237), o jornal manteve-se independente apoiando o que acreditava em termos de política econômica, sendo vítima das repressões à liberdade de expressão durante o período ditatorial.

Depois dessa reforma, outras mudanças significativas foram sendo testadas e incorporadas ao perfil do jornal, tais como a editoria feminina, o Informe JB e a Revista de Domingo, além de um tom mais leve conferido à editoria esportiva. Durante a década de 1960, em que o Brasil vivencia o início do regime militar, o JB buscou manter sua independência, apoiando medidas político-econômicas com as quais concordava e criticando as que considerava inapropriadas ou abusivas (SPANNENBERG; BARROS, 2016, p. 237).

Nesse ponto mora uma grande problemática. Como se observará no próximo tópico, o jornal teve participação importante em disseminar o anticomunismo construindo narrativa propícia ao golpe, postura essa praticamente hegemônica na mídia burguesa da época, ainda que posteriormente venha a sofrer com as violências à liberdade próprias da ditadura

Grande parte dos veículos de comunicação tiveram importante papel de apoio à ditadura empresarial militar, alguns em tons mais moderados, outros de maneira mais

explícita, como apontam diversos estudos, como a exemplo de Flávia Biroli ⁵(2009); Priscilla Pereira da Costa (2019)⁶, bem como a coletânea organizada por Edson Teles e Vladimir Saflate (2010) que em nossa análise explicitam bem essa afirmação.

2 “PERIGO COMUNISTA” E A MILITARIZAÇÃO DO DISCURSO NOS PERÍODOS PRÉ-DITADURA EMPRESARIAL MILITAR: UMA ANÁLISE A MATÉRIAS VEICULADAS NO “JORNAL DO BRASIL” ENTRE 1960 e 1964

Em pesquisa realizada no acervo da hemeroteca digital no período de 1960-1969, buscou-se pelas palavras-chave “perigo comunista”, entre aspas, como estipulam as diretrizes de busca do portal. O período selecionado para a procura engloba a pré-ditadura, compreendida entre os anos de 1960-1964. Nos resultados, foram encontradas 1.629 ocorrências com as palavras selecionadas. Os jornais que registraram as maiores incidências da expressão foram o “Jornal do Brasil – RJ”, onde apareceram 216 vezes; o jornal “Correio da Manhã”, também do estado do Rio de Janeiro, em que foram registradas 164 vezes; e “Última Hora”, também no estado fluminense, deflagrando-se em 151 ocasiões.

Como o “Jornal do Brasil” durante a década de 60 circulava de forma ampla no país e, nas buscas realizadas pela investigação, nele encontrou-se a maior incidência das palavras pesquisadas, escolhemos esse periódico como elemento para se perquirir os discursos envolvendo as palavras epigrafadas “perigo comunista” até o dia do golpe empresarial militar.

⁵ O referido texto de Flávia demonstra que: Este artigo discute representações sobre os papéis assumidos pela imprensa no golpe de 1964, na ditadura e na redemocratização, em textos publicados em jornais e revistas brasileiras entre 1984 e 2004. A análise demonstra como as significações atribuídas ao golpe e à ditadura nos textos jornalísticos sobrepõem-se a discursos que vinculam a prática jornalística à defesa da democracia, tendo por base uma oposição simplista entre liberdade de imprensa e ditadura. A associação entre crise, autoritarismo e um passado já encerrado permite a afirmação da democracia como realidade consensual, esvaziada das disputas e tensões que a caracterizam. (2009, 269).

⁶ O artigo tenta traçar de forma breve e trazer para a reflexão crítica pontos que se assemelham entre o golpe civilmilitar de 1964 e o golpe de 2016 que se aprofunda. São destacados alguns pontos de convergência da mídia nos anos de 1964 e na atualidade, que parece repetir as ações anteriores com matérias e construções narrativas jornalísticas semelhantes. Diante do complexo midiático hegemônico brasileiro a imprensa alternativa foi uma forma de resistência em 1964, atualmente a construção de narrativas jornalísticas alternativas pode ser observada e potencializada por meio da internet. (2019. p. 1).

Em 1960, na edição 00033, em matéria denominada “pós-comunismo dos católicos”, o Jornal do Brasil aponta que as pessoas que teriam acreditado no “perigo comunista” estariam amargando “dá mais profunda escravidão” e, por isso, as instituições religiosas deveriam alertar de maneira incisiva seus fiéis seguidores sobre “seus deveres com a pátria e a religião”. No fim, o veículo estabelece um sentimento de urgência na população afirmando inexistir tempo hábil para indecisões (BRITTO, 1960, p. 10).

No mesmo ano, na edição 00200 do mesmo jornal, a palavra-chave “perigo comunista” surge em matéria que relata sobre a existência do risco comunista em escala mundial. Segundo a publicação, Nova Iorque não estaria mais segura do que Taipé (NÃO..., 1960, p. 7). Por isso, o jornal enaltece e incentiva as atividades educacionais realizadas pela igreja católica contra o comunismo em alguns países como a China, principalmente porque, conforme o relato, estariam ocorrendo ações hostis contra os programas educacionais católicos. Através da afirmação “não tememos este perigo”, incentiva o programa (JORNAL DO BRASIL, 1960, p. 7).

Ainda em 1961, na edição de número 00239, o jornal estampa em manchete que a “união soviética e mais três países comunistas exigem tratado alemão” e as palavras epígrafas “perigo comunista” mais uma vez surgem como alerta no sentido de demonstrar sobre a possibilidade de uma “guerra iminente” (MÜLLER, 1960, p. 6).

Avançando nas pesquisas, observa-se que, com o passar dos anos, os dizeres “perigo comunista” se intensificaram no “Jornal do Brasil”. A publicação constante na edição 00306 do ano de 1962 procura dialogar sobre a emancipação e participação externa do Brasil na política internacional que teria ocorrido nos últimos anos. Segundo o jornal, o país teria deixado de ser “pouco expressivo” no cenário internacional para figurar entre os países da Europa com maior destaque, destacando também uma suposta postura de liderança brasileira dentre os países da América-Latina. A matéria registra que “Para a política exterior, 1961 foi o ano da mudança” (ANDRADE, 1963, p. 4).

A intensificação do Brasil nas relações com Argentina, Chile, Uruguai e México fizeram com que as pretensões norte-americanas e europeias fossem atendidas, sobretudo no que diz respeito ao “problema de Cuba”, o qual exigia desses países movimentos de neutralização, protegendo o restante da América Latina do “perigo comunista” (JORNAL DO BRASIL, 1962, p. 4).

Em 1963 a intensidade dos dizeres “perigo comunista” no veículo de comunicação aumenta em relação aos anos anteriores. Dessa vez, as palavras aparecem relacionadas a grupos subversivos que estariam escondendo armas de fogo em caixas de pinhão - edição 00026 -. A matéria parabeniza o trabalho da força nacional por ter livrado os cidadãos do “perigo comunista”.

Outra característica que marca o ano antecedente ao golpe de 64 consiste na centralidade da expressão “perigo comunista” agora nas manchetes. Além desse enfoque, que se destaca com certa frequência, o suposto risco do comunismo, na maioria das vezes, está acompanhado pelas expressões “defesa da família”, “moral” e “bons costumes” (JORNAL DO BRASIL, 1963).

Na edição de número 00033 do mesmo ano, a chamada aponta que “Kennedy vê desastre na eventual divisão da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ante o ‘Perigo Comunista’”. A matéria aponta que “seria um desastre” a divisão da organização frente à iminência do comunismo no mundo. Outra característica marcante após o ano de 1963 é a ligação do anticomunismo relacionado aos interesses Norte Americanos, além de diversas matérias que relacionam as esquerdas como inimigas dos serviços militares não só no Brasil, mas também em outros territórios mundiais (KENNEDY..., 1963, p. 2).

A edição n. 00039 do jornal, ainda em 63, relaciona a expressão “perigo comunista” à opinião norte-americana. Outra característica marcante dessa edição que demonstra a (in)evolução do discurso, associando-o a grupos subversivos de roubo a navios, porte de armas, dentre outros atos criminalizados. Por meio dessa interrelação, a edição coloca o país imperialista na condição de auxiliar no combate às facções ditas comunistas (KENNEDY..., 1963, p. 1).

Essa última edição ainda aponta que “Kennedy vê perigo no Nordeste” (JORNAL DO BRASIL, 1963, p. 1). A chamada explica que o presidente americano estaria preocupado com a existência de um “perigo comunista” na região brasileira, algo, segundo a matéria, muito semelhante com o “risco comunista” na Ilha de Cuba. Na mesma publicação o líder estaria comemorando a queda das transações comerciais do país, prevendo uma queda comercial ainda maior (JORNAL DO BRASIL, 1963, p. 1).

Na edição de número 00043 o jornal continua apontando a opinião do líder americano, relacionando-o aos dizeres “perigo comunista” em reportagem que apresenta a

manchete “soviéticos vão retirar seus soldados de Cuba” (FRANCO; MACHADO, 1963, p. 1-2).

Essas últimas edições demonstram, portanto, o avanço da associação do discurso. Relacionam com frequência cada vez maior o Brasil a organizações de segurança norte-americanas. Outra questão emblemática verificada com o aumento das avaliações é que, após 1963, as manchetes além de relacionar a esquerda como inimiga a ser combatida, tornam a atrelar essa luta aos interesses dos países dominantes. Como consequência, houve a intensificação da propaganda anticomunista no pré-golpe, e as matérias de propaganda contra as esquerdas passaram a figurar nas primeiras páginas dos jornais. Nos anos anteriores verificava-se que os artigos apareciam de maneira tímida entre as páginas 10, 6 e 7. Em 1963 as matérias ocupam predominantemente as primeiras páginas dos jornais (JORNAL DO BRASIL, 1963, p. 1-2).

Silva (2008, p. 45), em importante pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aponta que a militarização do discurso surgiu a partir dos interesses norte-americanos de isolar economicamente Cuba e retirá-la funcionalmente do bloco latino. Para tanto, a influência material, econômica e subjetiva dos Estados Unidos da América nas políticas de países como o Brasil ficam evidentes nas matérias acima analisadas. Os interesses imperialistas norteiam as políticas militarizadas brasileiras sob o tangenciamento do discurso de segregação com as minorias e grupos de esquerda com o horizonte de colocar Cuba e o comunismo como inimigos da família tradicional. A pesquisa aponta que:

Por algum tempo, membros da administração estadunidense acreditam que, para lidar com este acirramento da luta de classes na América Latina, seria preciso manter as frações sociais menos conservadoras em uma posição firme de apoio aos valores sociais típicos das sociedades norte-americanas brancas, cristãs, ocidentais e capitalistas. Enfim, julgou-se que o meio mais eficaz para realizar esta complicada tarefa seria através de ações de propaganda que se contrapusessem ao comunismo em geral e aos impactos psicológicos das conquistas sociais alcançadas por Cuba (SILVA, 2008, p. 45).

Brandão (2019), em pesquisa realizada junto a Universidade de Brasília, aponta que a construção de um inimigo interno foi uma estratégia primordial para sustentar a intervenção externa no Estado que, para o autor, se caracteriza como de exceção. Na centralidade da pesquisa, o autor se debruça a discutir a guerra às drogas e verificar como elas foram colocadas na condição de inimigo interno, fazendo ligações entre

traficantes com grupos de esquerda sem nenhum critério objetivo. Em análise à pesquisa destaca que:

O objetivo estratégico da promoção de um estado de terror generalizado como parte de uma política de segurança nacional é, portanto, a legitimação do estado de exceção como resposta imediata – e mesmo a única possível – ao medo hobbesiano promovido pela propaganda estatal em torno da figura do inimigo, seja ele o “terrorista”, o “subversivo”, o “comunista” – ou, para os interesses desse trabalho, o “traficante” –, com o objetivo de oferecer uma justificativa para a adoção de medidas de emergência que se apresentam tão necessárias quanto inevitáveis (BRANDÃO, 2019, p. 56).

Dessa forma, as propagandas anticomunistas passaram a ser relacionadas também a grupos “armados”, “subversivos”, “traficantes” e qualquer pessoa que desviava do socialmente imposto pelos dizeres dos países dominantes. Tratava-se de um conjunto de inimigos a ser combatido pela família tradicional e pelo braço armado do Estado brasileiro que, evidentemente, sofria/permitia uma clara intervenção norte-americana na política de segurança interna.

Em 1964, ano de consumação do golpe militar, a edição de número 00019 relaciona o “perigo comunista” mais uma vez com a atuação da Igreja Católica em chamada denominada de “cardeal acha mais grave agitar ideias”. O eclesiástico, segundo a reportagem, entendia que agitar ideias (comunistas) seria mais grave do que agitar as forças do exército. Com essa afirmação, que objetiva demonstrar um suposto conjunto de manifestações comunistas, o religioso pontua questões que serão mais tarde aprofundadas em palestra concedida em uma rádio de alcance nacional, quando ele alerta sobre o “perigo comunista” (FIGUEIREDO, 1964, p. 9).

Na edição subsequente, de número 00020, em chamada que apura suposto tráfico de armas por instituições sindicais de esquerda, a matéria relaciona o “perigo comunista” com movimentos antidemocráticos e contra os direitos humanos. Em uma verdadeira inversão conceitual e de aplicabilidade da democracia e dos próprios direitos humanos, alega que os movimentos de resistência às forças armadas contrariam as diretrizes fundamentais para o bom funcionamento do Estado (DOUTEL..., 1964, p. 4).

No mesmo viés, a edição 00050, ainda do ano de 1964, traz amplo artigo de mais de uma página denominado “a América Latina na estratégia mundial do comunismo”. Esse longo texto aponta organizações comunistas mundiais lideradas, sobretudo, por Cuba como movimentos que cerceiam liberdades democráticas. Na matéria, Moscou é o

grande difusor desses ideais, e o “perigo comunista” ainda não teria sido superado e continuaria em evidencia, colocando em termos conclusivos que o Estado e as pessoas deveriam se manter alertas contra essas ideologias (CROZIER, 1964, p. 57).

A edição de número 00056, do mesmo no ano, em extensa chamada e em um longo artigo de mais de uma página, relaciona os movimentos sindicais com terrorismo, violência e ações antidemocráticas, a manchete anuncia que “comício de Governador Valadares pode representar o início das violências”. (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 21). O artigo aponta que as organizações de grandes produtores rurais devem atuar como uma das principais formas de conter o iminente “perigo comunista” e defende que os sindicatos rurais são responsáveis por atos terroristas contra o Estado (JORNAL DO BRASIL, 1964, p. 21). Quando contextualizados as forças das elites agrárias nesse processo, não é ao acaso.

O ano de 1964 é iniciado com um recrudescimento de reportagens que relacionam movimentos sindicais a atentados terroristas e ao tráfico de armas. Outra característica marcante é a extensão dos textos e os autores pertencentes a “elite intelectual”, que escrevem artigos com uma linguagem rebuscada e “em defesa da democracia”. A participação da Igreja Católica no processo se potencializa com pessoas ligadas ao alto escalão eclesiástico proferindo palestras e colocando o comunismo como um inimigo a ser combatido.

Antunes e Ridenti (2007), neste sentido, apontam que os movimentos operários e estudantis foram responsáveis por uma disseminação de resistências contra o militarismo, sobretudo, a partir de 1966, massificando o movimento em 1968. Por sua vez, o movimento sindical, principalmente em 1964, sofreu criminalização e repressão. A repressão direcionada ocorreu sobretudo por conta do avanço capitalista e a sua necessidade de expansão que via nesses movimentos um risco para a concretização de seus interesses. Nesse ponto os autores demonstram:

Foram, neste sentido, uma primeira resposta dos trabalhadores ao golpe militar de 1964, quando se desencadeou uma profunda repressão sobre a esquerda, especialmente ao PCB e ao sindicalismo sob sua hegemonia. A repressão ao movimento operário e sindical era condição necessária para que o golpe militar de 1964 pudesse criar novos condicionantes para a expansão capitalista e sua maior internacionalização no Brasil. Fortemente repressiva contra o movimento sindical, operário e popular, a ditadura militar brasileira decretou a ilegalidade de todos os partidos políticos, criando somente dois oficiais. Interveio em diversos sindicatos, proibiu a deflagração de greves, decretou a ilegalidade do CGT

(Central Geral dos Trabalhadores), da UNE (União Nacional dos Estudantes), dos PCB e demais partidos de esquerda, iniciando-se um período difícil para o movimento operário no Brasil (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 85).

Atrelado à forte repressão aos movimentos, o discurso militarizado, legitimador desses acontecimentos, comumente defendia ideais diatópicos da realidade. Afirmando, por exemplo, que os movimentos sindicais visavam encerrar os ideais de liberdade e democracia, colocando a população contra os sindicatos.

Vasconcelos (2019) aponta que o discurso, para além de uma simples questão comunicacional, consubstancia-se em um dos pilares dos meios de dominação de classe. No que tange à legitimação da barbárie, os discursos possuem extrema complexidade e relevância, especialmente no que diz respeito ao alcance das camadas sociais que sustentam os interesses da classe dominante. Segundo o autor, no período do golpe militar, o discurso de defesa da democracia foi uma das principais retóricas defendidas pelos veículos de comunicação contra as ações de resistência popular, colocando o golpe e os militares como defensores democráticos. Sobre tal questão o autor aponta que:

Na busca pela construção de um consenso junto às camadas médias e alta da sociedade, de modo que lhe servissem de base de sustentação, os donos do poder precisaram evocar e seguir, ainda que de forma não usual, determinados valores tidos como importantes para tais segmentos sociais. No imaginário desses grupos, uma formação discursiva que se apresentava como núcleo temático era a defesa da democracia. A reiteração desse compromisso derivava de padrões de uma cultura política que ultrapassava as fronteiras nacionais. A forma democrática de governo contava com “prestígio” internacional e histórico, o que fazia com que o Brasil, como “nação democrático-liberal”, agisse em sintonia com tais princípios. Esses “antecedentes” serviriam de “barreira” a uma dominação que se furtasse a fazer referências à democracia, em especial na segunda metade do século XX. Como reflexo dessa realidade, por ser um elemento fundamental para o seu auditório, a democracia também era uma formação discursiva central no discurso jornalístico. Mas essa comunhão de princípios não basta. Para que o discurso tenha efetividade, é preciso simular a existência de um sujeito coletivo (VASCONCELOS, 2019, p. 375).

A afirmação concorre com as últimas reportagens analisadas, visto que é possível observar um liame entre Igreja Católica, discurso de defesa da democracia e uma internacionalização tanto da igreja, quanto em intervenção norte-americana nas políticas de segurança nacional.

Na edição 00075 do jornal objeto da pesquisa, atrelado aos dizeres “perigo comunista”, cerca de duas ou três páginas do jornal apresentam matérias acerca do militarismo no Brasil. Uma delas aponta em sua manchete que “Washington Star sugere

golpe dos militares a velha maneira” (WASHINGTON..., 1964, p. 4). A publicação demonstra o afinilamento e a propaganda massificada e intensificada no início do ano de 1964 com uma forte intervenção externa na política interna.

A repressão aos movimentos populares (sindicatos) e o discurso democrático distorcido são os pilares da narrativa para a justificação da ditadura. Entre as instituições que encabeçaram o discurso, as religiosas - capitaneadas à época pela Igreja Católica – foram determinantes na propagação através da imprensa sobre um possível terror anticomunista como um inimigo democrático a ser combatido.

Nesse ponto Bett (2010), em pesquisa realizada em jornais de Porto Alegre-RS, aponta que a influência vinda do Vaticano através de sua rádio oficial colocava em xeque membros e seguidores da igreja que poderiam aderir a princípios marxistas. Isso inibia pessoas ligadas à igreja que lutavam contra a ditadura, como aqueles adeptos da teologia da libertação, colocando-as na condição de inimigas do povo e da democracia. O pesquisador enfatiza o papel midiático na disseminação do anticomunismo católico (BETT, 2010, p. 56). Transplantando a centralidade da pesquisa que muito se assemelha à análise perpetrada nesse texto, observa-se a influência massiva em jornais das representatividades religiosas no combate ao “perigo comunista”.

Na iminência do golpe militar, observa-se uma contundência dos ideais golpistas do Jornal do Brasil (1964, p. 6). Dedicam-se imensas páginas e textos em defesa do golpe militar, de sua constitucionalidade, seu viés democrático e de defesa dos valores morais. Na edição de número 00079, por exemplo, os dizeres da manchete apontam para a necessidade de uma “decisão urgente”, sugerindo o golpe como uma substituição do poder transitório para um poder constitucional permanente, como mecanismo de combate ao “perigo comunista”. Repetidamente as manchetes e matérias apontam a atuação militar como revolucionária, e os dizeres “revolução”, referindo-se à intervenção, passam a ser utilizados com frequência (UDN e PSD..., 1964, p. 6).

A edição 00086 - já com os militares no poder - aponta que as ditaduras no sul da América são “a guerra revolucionária na América-latina”, colocando os movimentos de resistência à ditadura como ações “antirrevolucionárias”. A edição dedicada quase na sua integralidade a uma análise da conjuntura do poder, aponta em matéria que:

[...] o fator determinante da ação revolucionária – denominador comum dos militares e governadores que assumiram os riscos da rebelião – foi a certeza da

existência real do “perigo comunista” e da conivência do governo Goulart com o programa subversivo para deflagrar no Brasil a ação imediata de massas sindicais (PINTO, 1964, p. 51).

Vitale (2013) pesquisou o sentido da palavra “revolução” nos periódicos brasileiros “Folha de São Paulo” e “o Globo”, e também em jornais argentinos, fazendo uma conexão discursiva de ambos os golpes. Focalizando na parte em que analisa a conjuntura brasileira, a pesquisadora aponta que houve uma verdadeira releitura, ou inversão, dos sentidos da palavra revolução, assim como da ideia de democracia. Isso porque, essas reportagens colocavam o governo de João Goulart como antidemocrático, subversivo e um inimigo do povo, como bem fica evidenciado na última matéria analisada. A autora aponta que:

Graças à qualificação de “democrática” que recebeu a palavra “revolução” e sua reescrita como “vitória democrática” e “a jornada de restauração democrática”, “revolução” adquiriu o sentido de “movimento” democrático (e com isso implicitamente o governo de João Goulart passou a ter o sentido de antidemocrático). O complemento “do povo” que modificou a “revolução”, por sua vez, atribuiu ao “povo” o papel protagônico em “revolução” (VITALE, 2013, p. 262).

No mesmo sentido, sobre os jornais O Globo e Folha de S. Paulo:

De maneira semelhante à O Globo, em que a palavra “revolução” foi qualificada de “democrática” ou afetada pela palavra “democracia”, na Folha de S. Paulo foi qualificada com o sintagma “feita para restabelecer a legalidade”, legalidade que se subentende que não foi respeitada pelo governo de João Goulart. (VITALE, 2013, p. 266).

A autora conclui que as expressões foram, de certa forma, cooptadas por diversos sentidos semânticos que fizeram uma distopia no discurso que colaborou para elucidação dos golpes no Brasil e Argentina (VITALE, 2013, p. 271-272).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa ainda está andamento, mas até o momento é possível concluir que a construção do discurso militarizado se formou muito antes do próprio golpe empresarial militar. O jornal do Brasil, como poderoso veículo de comunicação, de certa maneira contribuiu para a consolidação do golpe, postura que veio a ser transformada, sobretudo após o AI-5, período onde o poder punitivo militar alcançou não somente o periódico como diversos outros jornais.

A América Latina, por anos, vivencia uma interferência de interesses dos países dominantes, e a militarização do discurso é uma das maneiras de viabilizar esses interesses de forma concreta.

Outra questão que se fez claro como consequência das bibliografias trabalhadas, foi como o discurso golpista se fortificou conforme os interesses desses países. De certa maneira, esse discurso nunca foi vencido, pode-se dizer até que dependendo da densidade da democracia os discursos adormecem, mas não findam. Espreitando os interesses de certos grupos, que, quando menos se espera, voltam a fazer sentido. Questões que muitas vezes parecem distantes, como, por exemplo, a tortura e a legitimação de governos autoritários e golpistas, permanecem na história brasileira, trazendo à tona o dever de investigar suas construções no passado para evitar a repetição no presente e no futuro.

No que tange às análises das reportagens, não há dúvidas que o jornal disseminou um discurso anticomunista que pavimentou o caminho golpista, ainda que posteriormente tenha sofrido do veneno que plantou.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luis Edgar de. Arsenal Naval dos EUA. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00306 ed., p. 4, 31 jan. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=36349. Acesso em: 14. set.2021.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações - Revista de Ciências Sociais - UEL**, Londrina - PR, v. 12, ed. 2, p. 78-89, 2007.

ARAÚJO CHERSONI, Felipe de. A Construção de um Inimigo a Ser Combatido e as Justificativas do Golpe Militar: Uma Análise Comunicacional do Jornal do Brasil entre 1960-1964. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 1–20, 2023.

ARAÚJO CHERSONI, Felipe de; CHAGAS, Maria Eduarda Delfino das; MUNIZ, Veyzon Campos. Racismo entre psicologia social e criminologia crítica: encontros e perspectivas decoloniais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 272-282, 2022.

BETT, Ianko. **A (Re)invenção do comunismo**: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em

História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1877?show=full>. Acesso em: 15 set. 2021.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia: sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia História**, v. 25, n. 41, pp. 269-291, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752009000100014>.

BRASIL, Bruno. JORNAL DO BRASIL. **Hemeroteca Digital Brasileira**, [s. l.], 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Consultoria Legislativa. *Anais do Senado ano de 1961 livro 3*. Brasília: **Senado Federal**, Consultoria Legislativa, 1961.

BRITTO, Cherinónt de. Pró-Comunismo dos Católicos. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro. 00033 ed., p. 10 [conclusão da p. 3], 9 fev. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22perigo%20comunista%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=1512.

COSTA, Priscilla Pereira da. A Mídia e os Golpes: 1964 e 2016 pontos convergentes. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, p. 1-9, 2019. Trabalho apresentado na **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_1107_11075cca40caa7fe7.pdf.

CROZIER, Brian. A América Latina na Estratégia Mundial do Comunismo. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, Cad. Especial, 00050 ed., p. 57, 1 mar. 1964 Diário. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=50339. Acesso em: 15. set. 2021.

DOUTEL defende o Governo. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00020 ed., p. 4, 24 jan. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=49102. Acesso em: 15. set. 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERREIRA, Fernanda Vasques; SOUSA, Flávia Simone Pereira De. Pioneirismo, inovações, crises financeiras e a transição de plataforma na história do Jornal do BRASIL. **Poliantea**, vol. X, n. 18, jan./jun. 2014.

FIGUEIREDO, Wilson. Cardeal acha mais grave agitar ideias. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad. 00019 ed., pa. 9, 23 jan. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=49073. Acesso em: 15. set. 2021.

FRANCO, Wilney; MACHADO, José. Soviéticos Vão Retirar Seus Soldados de Cuba. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00043 ed., p. 2, 20 fev. 1963. Disponível

em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=36966. Acesso em: 15. set. 2021.

GASPARI, Elio. O "Jornal do Brasil" na mira do regime. **Arquivos da Ditadura**. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/jornal-brasil-mira-regime#pagina-7>. Acesso em: 23 maio 2022.

GOULART, Welington Fabiano Ribas. **As violações aos direitos fundamentais durante a ditadura militar no Brasil**. Curitiba, 2009.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael Rosinato. **Conceito e História do Jornalismo Brasileiro na "Revista De Comunicação"**: Porto Alegre: EdiPucRS, 2008. (Coleção Nupecc, vol. 2 - Núcleo de Pesquisas em Comunicação).

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1. cad., 00026 ed., 31 jan. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=36349. Acesso em 16. set. 2021.

KENNEDY vê desastre na eventual divisão da OTAN ante o Perigo Comunista. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00033 ed., p. 2, 8 fev. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=36590. Acesso em: 14. set. 2021.

KENNEDY vê perigo no Nordeste. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 00039 ed., p. 1, 15 fev. 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=36803. Acesso em: 14. set. 2021.

MÜLLER, Pedro. União Soviética e Mais Três Países Comunistas Exigem Tratado Alemão. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00239 ed., p. 6, 11 out. 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22perigo%20comunista%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=10845. Acesso em: 14. set. 2021.

NÃO Teme Perigo. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00200 ed., p. 7, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22perigo%20comunista%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=9119. Acesso em: 14. set. 2021.

PINTO, Bilac. A Guerra Revolucionária na América Latina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1964, ed. 00086, p. 51. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=51952. Acesso em: 16. set. 2021.

SILVA, Vicente Gil da. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de propaganda anticomunista a instrumento de intervenção política (1961-1964)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Rio Grande Do Sul, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14692>. Acesso em: 15 set. 2021.

SODRÉ, Werneck Nelson. História da imprensa no Brasil. *Rio de Janeiro: Civilização Brasileira*, 1966.

SPANNENBERG, Ana Cristina Menegotto; BARROS, Cindhi Vieira Belafonte. Do Impresso ao Digital: a história do Jornal do Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 2, 2016.

TELES Edson; SAFATLE Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

UDN e PSD chocam-se na constituição do Governo. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00079 ed., pa. 6, 4 abr. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=51640. Acesso em 16. set. 2021.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. O discurso da democracia: imprensa e hegemonia da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1968). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 28, p. 365 - 401, set./dez. 2019.

VITALE, María Alejandra Sentidos de. "Revolução" e "Revolución" na Imprensa Escrita Golpista do Brasil (1964) e da Argentina (1966). **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso** [online], São Paulo, v. 8, n.1. 2013.

WASHINGTON Star sugere golpe dos militares a velha maneira. **JORNAL DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1. cad., 00075 ed., 31 mar. 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22perigo%20comunista%22&pagfis=51544. Acesso em: 16. set. 2021.